

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.445 - AM (2020/0253706-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVADO** : FRILLER BRASIL ALIMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS - AM002250  
LUCAS DE CASTRO RIVAS - DF046431

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por FAZENDA NACIONAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO PIS COFINS ISENÇÃO SOBRE RECEITAS DECORRENTES DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS DECRETOL 2881967 ART 40 DO ADCT COMPENSAÇÃO POSSIBILIDADE 1 A VENDA DE MERCADORIAS PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS EQUIVALE A EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS PARA PAÍS ESTRANGEIRO COM TODAS AS BENESSES FISCAIS CONSTANTES NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA CONFORME DISPOSTO NO ART 40 DO DECRETOL 2881967 QUE ESTÁ EM VIGOR EM RAZÃO DO ART 92 DO ADCT ACRESCIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 42 DE 19122003 QUE PRORROGOU POR MAIS 10 ANOS O PRAZO ESTABELECIDO NO ART 40 DO ADCT 2 A LEGISLAÇÃO REFERENTE AO PIS E À COFINS PREVÊ EXPRESSAMENTE QUE ESSAS CONTRIBUIÇÕES NÃO INCIDIRÃO SOBRE AS RECEITAS DECORRENTES DAS OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS PARA O EXTERIOR NÃO INCIDEM TAMBÉM SOBRE AS RECEITAS DECORRENTES DAS OPERAÇÕES REALIZADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART 40 DO ADCT 3 APELAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL E REMESSA OFICIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO

A controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, concerne à impossibilidade de aplicação extensiva de normas isentando as receitas decorrentes de operações na Zona Franca de Manaus em relação ao PIS e à COFINS referente às vendas realizadas a pessoas físicas situadas na ZFM.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente